



ANO NOVO COM MUITO TRABALHO

Com a chegada de 2008, enceraram-se os festejos de fim de ano e silenciaram os foguetórios. Agora, é partir para uma nova jornada rumo ao futuro.

Muito embora tenhamos ficado surpresos com o aumento de nossos impostos, continuaremos otimistas e impulsionados com os resultados que obtivemos em 2007. Podemos afirmar que foi um ano de muitas realizações, pois cumprimos tudo que foi projetado, inclusive, graças à parceria com o SINCOR-PR, FUNENSEG e em dois momentos com o CVG, além naturalmente do apoio da FENASEG e da FENACOR.

Em 2007 muitas foram as participações na mídia, tanto escrita quanto televisionada, objetivando prestar informações sobre o nosso segmento, cumprindo o importante papel de informar aos consumidores sobre as várias modalidades de seguros.

Abem da verdade, temos procurado nos manter em perfeita sintonia com os anseios do mercado de seguros, tanto no âmbito regional quanto na esfera nacional, através da FENASEG, cuja entidade, por sua vez, tem intensificado sua atuação voltada sempre às demandas do seguro.

Por outro lado, a diretoria eleita em abril, além de se fazer presente às reuniões, teve efetiva participação em todos os eventos promovidos pelo nosso Sindicato, oferecendo sugestões, críticas e trabalhos, contribuindo, de maneira efetiva, para o desenvolvimento da instituição e para o crescimento do mercado segurador.

No que toca ao novo exercício recém iniciado, teremos, sem dúvida, muito trabalho a executar. A tarefa é longa e a programação prevê a divulgação do seguro no estado de Mato Grosso do Sul, buscando repetir naquela região os mesmos sucessos que obtivemos com as parcerias existentes no Paraná, buscando, inclusive, agregar o Sindicato dos Securitários daquele estado, promovendo eventos pontuais para os meses de março, junho, agosto e novembro.

Também é nossa intenção programar aproximação através da diretoria e de nossos representantes em

Campo Grande, com autoridades municipais e estaduais, Secretaria de Segurança Pública, representantes de classe, Ministério Público e outros órgãos, convidando-os a participarem de determinados eventos.

Quanto ao Paraná, buscaremos levar informações sobre seguros, além do que habitualmente fazemos junto às Associações Comerciais e Industriais, numa caravana do seguro, procurando, dessa forma, desmistificar o seguro e dar informações sobre sua importância para toda a sociedade, com a finalidade de estimular o crescimento do setor em nossa área de atuação.

Também ampliaremos as parcerias com setores da Segurança Pública. No período de fevereiro a dezembro teremos palestras destinadas aos profissionais que atuam nas empresas seguradoras, o mesmo acontecendo com os profissionais que exercem a corretagem de seguros, profissionais motivadores, principalmente contando com o cadastro de colaboradores da Escola Nacional de Seguros.

Neste mês, teremos ainda uma reunião com representantes do SINCOR-PR, da Escola Nacional de Seguros e com o CVG para, em conjunto, elaborarmos um calendário referente a palestras, treinamentos e workshops, para todo o ano, com abrangência em todo o Paraná.

Finalmente, é nosso intuito nos manter atentos à missão que assumimos, melhor dizendo, divulgar o seguro, defender a instituição e proporcionar treinamentos para todos os operadores do seguro. Também desejamos nos manter em perfeita harmonia com a Confederação (CNSEG) e com as Federações FENSEG, FENAPREVI, FENACAP e FENASAÚDE.

Chegou o momento de todos participarem conosco dessa empreitada e oferecerem a sua parcela de colaboração, pois, num mundo complexo em que vivemos, cheio de surpresas e momentos difíceis, ninguém sozinho poderá vencer os obstáculos. É preciso o concurso de todos os companheiros, a fim de que consigamos, unidos, obter o êxito desejado. Achamos que não estamos pedindo muito.

:: BRASIL NA MIRA DAS SEGURADORAS

Sob a epígrafe acima, o jornal Gazeta Mercantil, de 8 do corrente, publicou interessante matéria, da qual destacaremos alguns tópicos:

O setor de seguros brasileiro está entre os prioritários para receber investimentos de grupos estrangeiros nos próximos três anos. Os mercados emergentes são vistos como prioridade nos negócios das seguradoras para 43% dos executivos entrevistados em pesquisa realizada pela Accenture em mais de 14 países.

Os quatro principais mercados emergentes que receberão investimentos das empresas de seguros nos próximos três anos são China (49%) Índia (31%) Brasil e Rússia (ambos com 13%), que formam o grupo conhecido como BRIC.

A expectativa de crescimento do mercado de seguros no Brasil é de dobrar de tamanho a cada quatro anos, com vida e previdência puxando essa evolução. "A evolução tem dois motores: o crescimento da própria economia e o fato de o seguro estar ainda pouco representado em relação à atividade econômica como um todo", diz Marino Aguiar, executivo da Accenture. "China e na Índia projetam evolução maior, com taxas superiores a do mercado brasileiro, considerado muito sofisticado quando comparado aos seus concorrentes emergentes."

Para ele, há uma forte tendência de

consolidação do setor no Brasil com as regras de solvência e abertura do resseguro. "É possível visualizar fusões e aquisições especialmente nas seguradoras de média dimensão para ganhar massa crítica.

De acordo com o consultor, o índice de produto por cliente é de 1,4 no Brasil. "É um índice que mostra a sofisticação do Brasil, pois ele está muito próximo do patamar de 2,2 produtos por cliente de economias maduras."

No Brasil, a necessidade de aumentar o faturamento tem feito as seguradoras investirem em canais alternativos de vendas. Praticamente todas as grandes e médias redes de varejo já firmou parceria com seguradoras para venda de apólices, seja no caixa de pagamento ou na oferta do crediário. Também aperfeiçoam a venda via contas de serviços, como luz, gás, telefone e TV a cabo.



:: TRICENTÉSIMA EDIÇÃO

Com este exemplar, o nosso informativo "Notícias de Mercado" está chegando ao número 300 que registra uma caminhada bem sucedida.

É claro que se trata de um veículo modesto, sem maiores vãos, porém, sem dúvida, é uma ferramenta que tem a preocupação de difundir o conhecimento do mercado segurador, ajudando com isso a divulgá-lo.

Temos certeza de que a sua missão vem sendo cumprida com honestidade de propósitos e muito zelo em promover o seguro nacional. Devido a isso, com orgulho, nos sentimos feli-

zes em razão do nosso informativo ter se mantido em sintonia com os avanços de uma atividade que prima em bem servir o país e a sociedade brasileira. Este tem sido o traço indicativo da sua atuação.





:: NORMAS CONTÁBEIS

A SUSEP alterou, através da Circular 356/07, as normas contábeis a serem observadas pelas seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência. Entre as novidades está a criação de uma comissão especial, com a atribuição de acompanhar o Plano de Contas aprovado pela Resolução 86/02 do CNSP, assim como propor eventuais alterações que venham a ser consideradas necessárias. A comissão terá três representantes da SUSEP, três da FENASEG e da FENACAP; dois da FENAPREVI; dois do IBRACON; um do Conselho Federal de Contabilidade e um das seguradoras.

Além disso, o fato gerador da receita será a vigência do risco para o mercado de seguros e a aceitação do risco, para o mercado de resseguros. Para os mercados de previdência complementar aberta e de capitalização, as receitas decorrentes de contribuições e a constituição das correspondentes provisões técnicas devem ser registradas quando do recebimento das contribuições, exceto quando se tratar de título de capitalização a pagamento único (PU), pré-impresso

e com valor fixo definido, destinado à comercialização em massa, que deverá ser registrado na emissão, em contrapartida com o grupo "operações com títulos de capitalização", cancelando-se os títulos não comercializados no final do período de comercialização.

Outro ponto importante é que no tópico que trata das provisões técnicas foi estabelecido que a "Provisão de Insuficiência de Prêmios - PIP", quando requerida, será contabilizada segregadamente por ramo de seguro, considerando para cálculo da insuficiência todo o período do contrato.

No caso de seguros em moeda estrangeira, o registro das variações cambiais restringem-se as contas que registrem valores a receber e a pagar, de forma a refletir sempre o valor atualizado do crédito ou débito junto a terceiros. A norma proíbe o registro de variações cambiais nas contas de Provisão de Prêmios Não Ganhos e Despesas de Comercialização Diferidas cujos valores devem refletir o valor em moeda nacional na data da emissão da apólice ou da aceitação do risco. (Fonte: CQCS - 03/01/2008)

:: MICROSSEGURO DE VIDA

O vice-presidente do Sindicato das Seguradoras do Estado do Rio de Janeiro (SINDSEG-RJ) e conselheiro do Clube Vida em Grupo (CVG-RJ), Lúcio Antônio Marques, entende que o Governo penalizará, e muito, uma grande parcela da população, hoje amparadas nas apólices individuais e coletivas, caso seja eliminada a alíquota zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para os seguros de vida.

Lúcio Marques disse ainda que a volta do IOF nos seguros de vida também será um grande obstáculo à implantação do chamado microsseguro no País. O IOF, aliado a outros custos, como o bancário, segundo ele, tende a inviabilizar a idéia de criação do produto, cujo foco é o consumidor de menor renda. Ele reforça que o microsseguro é para população que ganha ao dia apenas R\$ 4. "Os planos devem ser adequados para esse cliente. Agregar mais um custo adicional ao preço, pode afastar o projeto desse propósito", assinalou.

No Brasil, cálculo da FENAPREVI aponta que o mercado para os microsseguros tem potencial de US\$ 170 bilhões, com um público

estimado em 100 milhões de pessoas. Na América Latina, é mercado próximo de US\$ 509 bilhões. Hoje, quase 80 milhões de pessoas em todo o mundo compram produtos identificados como microsseguros, em mais de 300 modalidades.

Para compensar o possível encargo que o IOF acarretará nos seguros de vida hoje comercializados no mercado brasileiro, Lúcio Marques sugeriu que o Governo crie mecanismo compensatório e estabeleça para o ramo uma dedução no Imposto de Renda, como existe para os planos de previdência complementar aberta. Além disso, questionou a permanência da isenção do IOF, nas operações de seguros, para as empresas públicas. Segundo ele, a tributação deve atingir a todos, não só o setor privado e as pessoas.

Nos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e nos planos de previdência complementar aberta, a Susep proibiu as seguradoras de cobrarem encargo de saída, através da Circular 358, publicada no final do mês passado. (Fote: Jornal do Commercio - 04/01/2008)

:: MOTORISTAS INFRATORES

As estradas brasileiras tiveram um recorde de acidentes em 2007, com perdas estimadas em R\$ 10,6 bilhões e o Ministério da Justiça decidiu enviar um projeto de lei ao Congresso endurecendo as penas para os motoristas infratores.

Foram 122.985 acidentes nas rodovias federais - 9% a mais que 2006. Houve 6.840 mortes e 75 mil feridos. Cálculos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicam o prejuízo de R\$ 10,6 bilhões com internações, seguros de automóveis, recomposição nas rodovias, gastos em saúde e perda do tempo de trabalho dos acidentados.

O ministro Tarso Genro quer que os chamados "delinquentes de trânsito" (os motoristas bêbados, os drogados e aqueles que abusam do excesso de velocidade) paguem multas em valores semelhantes aos dos seus carros. Ele concluiu que são necessárias "penas draconianas" para os casos de "motoristas que dirigem com desprezo à própria vida e à vida de seus semelhantes".

Genro acha que esses infratores devem sofrer tratamento equivalente ao do crime organizado, com o seqüestro de seus veículos. Por outro lado, o ministro enfatizou que essas são apenas hipóteses iniciais

de trabalho, pois as medidas não podem ser determinadas ao seu gosto, mas por critérios técnicos e por especialistas do setor.

O anteprojeto de lei será elaborado por um grupo de trabalho formado pelas secretarias Executiva e de Assuntos Legislativos, além da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Ele terá três vertentes principais: fortalecer a Polícia Rodoviária Federal, educar o cidadão e aumentar as penas aos infratores. A idéia é enviá-lo em fevereiro ao Congresso.

O diretor da Polícia Rodoviária Federal, Hélio Derene, disse que o último

Natal foi o mais violento da década, com 196 mortes nas rodovias. Para Genro, houve uma "verdadeira tragédia no Natal". (Fonte: Valor Econômico - 04/01/2008)





:: DPVAT MAIS CARO

Os motociclistas começarão 2008 com uma notícia nada boa. O seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) será reajustado em 38,25% em comparação com este ano. O percentual é pelo menos nove vezes maior do que a estimativa para a inflação do ano, que não deve passar de 4,2%. O motivo para este índice de reajuste é o aumento das motos e dos acidentes.

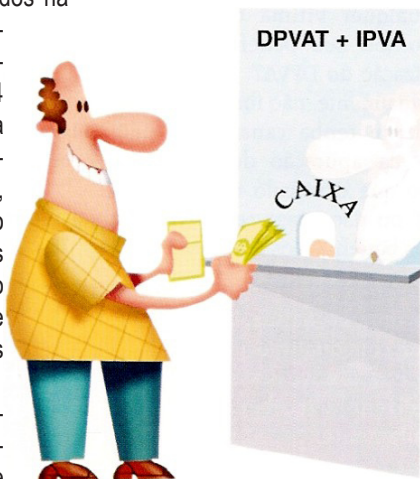
Só em Bauru, até outubro estavam registradas cerca de 36 mil motocicletas. Em 2007, até outubro, 11 motociclistas morreram nas ruas daquela cidade, segundo levantamento da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (EMDURB). Ainda não foram contabilizados os acidentes com vítimas fatais registrados até dezembro do ano passado.

Com o reajuste, o valor do DPVAT para os veículos enquadrados na categoria 9 (motos, motocicletas, ciclomotores e similares) passa de R\$ 183,84 para R\$ 254,16. Criado para indenizar as vítimas de acidentes nas ruas e estradas, o DPVAT é cobrado todo ano dos proprietários de veículos automotores, junto com o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

O titular da SUSEP, Armando Vergílio dos Santos Júnior, argumenta que

reajuste para a categoria 9 está embasado no crescente aumento da frota e do número de acidentes envolvendo motocicletas. A proliferação de profissões de motoqueiros e mototaxistas, que têm como atividade principal as entregas rápidas, estaria gerando maior quantidade de acidentes com conseqüências graves para as vítimas.

"Na verdade, a SUSEP abrandou o aumento, que segundo cálculos atuariais, deveria ser de 55%", informou Santos Júnior em nota enviada por e-mail ao JC. Sem o pagamento em dia, o veículo não é considerado licenciado. De acordo com a legislação, o seguro Dpvat tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional, sejam pedestres, passageiros ou motoristas e que tenham ou não responsabilidade direta pelo acidente. (Fonte: JC On-line - 31/12/2007)



:: IMPACTO DO IOF NO SEGURO RURAL



O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) deve finalizar nesta semana estudo sobre o impacto da cobrança do IOF no seguro rural, que era isento até o começo do ano. Agora, alíquota de 0,38% de IOF passa a incidir sobre novas apólices agrícolas, pecuárias, aquícolas e projetos de floresta.

"É um assunto urgente", afirma Eustáquio de Sant'ana, coordenador-geral de Seguro Rural do Departamento de Gestão de Risco Rural da Secretaria de Política Agrícola do MAPA. A coordenação prepara dados sobre o assunto para entregar ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes.

"Como o seguro rural é subvencionado, seria incongruência taxá-lo", afirma Múcio Novaes, presidente do Sindicato das Seguradoras do Norte e Nordeste.

Em nota à imprensa, a FENASEG afirma que o mercado segurador

como um todo recebeu com apreensão a medida de elevação do IOF, que chegou a uma série de segmentos.

Em 2006, depois de dois anos consecutivos de queda, os prêmios de seguros rurais avançaram R\$ 60,7 milhões - de R\$ 28,1 milhões para R\$ 88,8 milhões. Um crescimento alto, de 216%, mas que representa pouco diante de países desenvolvidos, que contam com cobertura ampla para a produção.

O 0,38% do IOF pega toda a área de crédito rural, que também era isenta. "Essa taxa praticamente dá 3% ao ano", afirma Cesário Ramalho, presidente da Sociedade Rural Brasileira. "O IOF supera a redução da taxa básica do crédito rural, que passou de 8,75% para 6,75% em 2007." (Fonte: Folha de São Paulo - 08/01/2008)

:: CAPITALIZAÇÃO

O mercado de títulos de capitalização deve ganhar novos padrões de supervisão. A SUSEP vai propor ao conselho que regula o setor a aprovação de normas - discutidas também com o mercado - para evitar o mau uso dos produtos de capitalização, que algumas vezes não passam de loterias. O objetivo é alongar os prazos de vigência dos planos, que duram, em média, 3,5

a 4 anos, para incentivar a formação de poupança. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, diz que é preciso moralizar o setor, até para preservar as instituições sérias. "A oferta de prêmios é o que caracteriza a capitalização. Isso deveria ser apenas um estímulo e não o apelo principal." (Fonte: Gazeta Mercantil - 03/01/2008)

